

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano dois mil e dezoito, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a Presidência do Senhor Luís Filipe Alves Ribeiro Antunes, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelas Senhoras Lúcia Dias Abelha e Maria Fernanda Pires Fialho Marques Alves, primeira e segunda Secretárias respetivamente.-----

Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros:-----

Em representação do Partido Socialista:-----

Mário André Balsa Gonçalves, Manuel António Simões Martins, António Manuel Henriques Miguel, Ricardo José Pires Antunes, Carlos Belo Duarte Alfaia, Liliana Patrícia Gomes Rodrigues e Fernando Jorge Vieira Maurício.-----

Em representação do Partido Social Democrata:-----

António José Maia Mascarenhas, Manuel João Pires Faria, Carlos Alberto Alves da Silva, Fernando Adelino Soares Barroso e Adelino Tomás. -----

-----Em representação do Bloco de Esquerda. -----

Maria de Fátima Vieira Figueira Roldão e Pedro Miguel da Silva Santos.-----

Em representação da Coligação Democrática Unitária:-----

António Silvino da Costa Ferreira.-----

Em representação do Centro Democrático Social-Partido Popular:-----

Rosa Teresa Alexandre Teixeira.-----

Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista o Senhor: Rui Cardoso Maurício. Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima o Senhor: Ezequiel Soares Estrada.-----

Estiveram presentes pela Câmara Municipal, o Senhor Presidente Jorge Manuel Alves de Faria e os Vereadores, Carlos Manuel Pires Rei Amaro, Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim, Tília dos Santos Nunes, Jaime Manuel Gonçalves Ramos e Henrique dos Reis Leal. -----

O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão quando eram vinte horas e cinco minutos, tendo dado posse aos seguintes membros, convocados para substituir os deputados que apresentaram suspensão do mandato por período inferior a trinta dias:-----

Deu posse a Reinaldo de Jesus Rodrigues Amarante Tentado, que substitui Carlos Manuel Godinho Matias, do Bloco de Esquerda. -----

Deu posse a Manuel Adelino Lopes Tomaz, que substitui Maria João Gil Santos Grácio, do Partido Social Democrata.-----

Deu posse a Maria João Mourão Rosa Pedro, que substitui Susana Paula de Matos Vieira da Cruz, do Partido Social Democrata. -----

Verificada a conformidade formal do processo eleitoral com a identidade dos eleitos e após a leitura das respetivas atas avulsas de instalação e do respetivo juramento por parte dos novos membros, o senhor Presidente da Assembleia declarou-os investidos nas funções. -----

Seguidamente, a solicitação da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Entroncamento, no âmbito do Mês dos Maus-Tratos na Infância, o Presidente da Assembleia municipal procedeu à entrega a todos os presentes na sessão de um laço azul e um flyer. -----

Ainda antes de se passar ao período de antes da ordem do dia, o Presidente da Assembleia informa que o ponto número sete, «Apreciação e votação da proposta de alteração ao regulamento municipal das zonas de estacionamento de superfície, ao abrigo da al^a g), do n^o 1, do art^o. 25^o da lei n^o 75/2013, de 12 de setembro», será retirado em virtude de o mesmo se encontrar em início de procedimento e participação, para que os interessados apresentem os seus contributos, no prazo de trinta dias (termina no dia vinte e seis de maio próximo). -----

Entrando no Período de Antes da Ordem do Dia, o Presidente da Assembleia dá a conhecer a seguinte moção "Petição contra a poluição do rio Tejo e seus afluentes», apresentada pela bancada do Partido Socialista e aprovada por unanimidade, em sessão da Assembleia de Freguesia de S. João Batista, realizada no passado dia dezanove de abril: Como é do conhecimento geral, o Sr. Arlindo Consolado Marques, cidadão residente neste concelho, tem desenvolvido ao longo dos últimos anos uma defesa intransigente da despoluição do rio Tejo e seus afluentes bem como de outras linhas de água da região, ampliando a visibilidade relativa à problemática da poluição aquática, prestando um digno serviço à sociedade. Constatando que: existe uma situação catastrófica do rio Tejo e seus afluentes, tendo por isso graves implicações na qualidade das águas para a rega dos campos, para a pesca, para a saúde das pessoas impedindo o aproveitamento do potencial da região ribeirinha para prática de lazer, de turismo fluvial e desportos náuticos, desrespeitando a natureza e a saúde ambiental da bacia hidrográfica do Tejo. Nunca o Tejo e seus afluentes registaram tão elevado grau de poluição, de abandono e falta de respeito, por parte de uma minoria que tudo destrói. Não estão em causa, de modo nenhum, as atividades realizadas por empresas e outras organizações na bacia hidrográfica do Tejo, o que se saúda e deseja, porém tal deve ocorrer de acordo com as práticas adequadas à salvaguarda do bem comum que o rio Tejo e seus afluentes constituem para os seus ecossistemas aquáticos e para as populações ribeirinhas. Assim sendo vem a bancada do Partido Socialista da Assembleia de Freguesia de S. João Baptista do Entroncamento manifestar a sua solidariedade em relação a esta matéria ao ativista Arlindo Consolado Marques, verdadeiro guardião do Tejo que tem atuado como legítimo porta-voz de toda a população ribeirinha e não só (aqui se inclui a do Entroncamento) pois também aqui existem pessoas que têm no Tejo um complemento das suas vidas. -----

Passa-se, de seguida, à apreciação da proposta de recomendação «Regulamento Municipal de Arvoredo», apresentada pela deputada Rosa Teixeira, do CDS: -----

O arvoredo das cidades, foi e é uma preocupação de todos os municípios. O arvoredo é algo indispensável à vida, são as árvores que tornam o Dióxido de Carbono em Oxigénio vital à vida no Planeta Terra. Antes de existir o Homem, os povoamentos, as aldeias, as vilas, as cidades, já às árvores existiam e já eram fundamentais. Com o aparecimento da sociedade e da sua evolução até aos dias que correm, as Árvores foram sendo mantidas nas cidades, como meio de ornamento e de sustentabilidade ambiental. A preocupação com o ornamentar as cidades com árvores, levou ao aparecimento de árvores diferentes das árvores existentes na nossa flora autóctone.

Essa preocupação levou a que fossem escolhidas árvores para as cidades que não são adequadas ao meio envolvente. A inadequação de algumas das árvores às urbes e aos terrenos onde foram plantadas leva a prejuízos de várias índoles, desde os prejuízos ambientais, prejuízos para os munícipes, prejuízos para os municípios. As faltas de manutenção das árvores plantadas tanto da via pública, como nos terrenos privados, levam a muitas vezes ao limitar da iluminação pública, à queda de ramos ou mesmo à queda das árvores, provocando problemas de segurança e prejuízos. A nossa cidade, tal como muitas outras tem um património de arvoredos, inadequado à nossa urbe e que muitos destes constrangimentos nos coloca. Isto coloca-nos um desafio de substituir o nosso arvoredo, por arvoredo adequado á realidade onde será plantado, assim como sustentável ambientalmente, com um consumo de água reduzido e autóctone, tal como de uma manutenção regular e regulada. Assim sendo e como em todas as boas práticas de gestão da urbe, recomendamos que seja regulamentada a gestão do arvoredo através de um regulamento municipal de gestão de arvoredo. Regulamento esse que possa acautelar no mínimo os seguintes pontos: 1 - Deveres do Município; 2- Deveres dos Municípios; 3- Proibições; 4- Árvores classificadas; 5- Planeamento e implementação do Arvoredo; 6- Gestão e manutenção do arvoredo; 7- Plano de substituição do arvoredo; 8- Notas técnicas. Com a elaboração deste regulamento municipal de arvoredo, pretendemos que árvores sejam vistas como um bem para a cidade e não como um problema, assim como que nenhuma árvore que seja abatida não seja substituída. -----

Na sua intervenção, destacou as árvores inadequadas ao "meio envolvente" das cidades onde são colocadas e a respetiva "falta de manutenção", a não realização das podas em tempo oportuno, bem como o facto de taparem a iluminação pública, pelo que se recomenda a regulamentação da gestão do arvoredo; a deputada entregou flores e ofereceu uma árvore ao presidente da Assembleia Municipal, propondo que a mesma seja colocada num local de onde foi retirada uma árvore. Interveio Fátima Roldão (BE) dizendo que o seu partido concorda com o documento no geral. Por sua vez, António Mascarenhas (PSD), pergunta qual a opinião dos presidentes das juntas de freguesia sobre o tema. Intervém Mário Balsa (PS) dizendo que a recomendação nada acrescenta ao que tem sido feito pelos serviços da autarquia, explicando que os problemas estão identificados. Toma a palavra António Ferreira (CDU), dizendo que a preocupação principal durante muitos anos foi "só plantar árvores", sem cuidar da respetiva adequação ao meio urbano, não sendo agora fácil proceder-se à substituição de todas as árvores existentes na cidade. Rui Maurício, Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista, em resposta à intervenção do deputado António Mascarenhas (PSD), intervém dizendo que não é pessoa mais adequada para falar sobre os aspetos técnicos, acrescentando que tem estado em contacto com a vereação neste sentido, exemplificando com o caso das árvores na Praça Frutuoso Mendes; também Ezequiel Estrada, Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima) esclarece como se processava a aquisição antigamente para concluir que "as árvores devem morrer de pé", destacando ainda a preocupação pela sua preservação. Em resposta, o deputado Reinaldo de Jesus (BE) faz referência a casos de árvores do concelho que provocam mais alergias, as quais considera que deveriam ser substituídas. Toma a palavra Manuel Martins (PS) para questionar se a criação de um regulamento para a gestão do arvoredo não implicará um excesso de regulamentação, a replicar, eventualmente, em outras

áreas. É dada a palavra ao Presidente da Câmara, Jorge Faria, o qual esclarece que, até à data, o executivo não sentiu necessidade de um regulamento associado ao arvoredo, havendo a preocupação pela salvaguarda e respeito pelas espécies existentes; aproveitou ainda para explicar o processo relativo à árvore que caiu na Rua Marques Agostinho, concluindo a sua intervenção, neste âmbito, informando que se pretende adquirir um carro com uma plataforma para tratar do arvoredo. -----

VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO -----

A Proposta de Recomendação apresentada pelo CDS-PP foi rejeitada, com dez votos contra do Partido Socialista, dois votos contra dos Presidentes das Juntas de Freguesia, seis abstenções do Partido Social Democrata, três votos a favor do Bloco de Esquerda, um voto a favor do Centro Democrático Social e um voto a favor da Coligação Democrática Unitária. -----

Intervém, seguidamente, o deputado António Mascarenhas (PSD) para se congratular com atividades comemorativas do 25 de Abril, destacando a cerimónia solene, pelo que deu os parabéns a todos os envolvidos. Continua a sua intervenção, questionando o Presidente da Câmara sobre o andamento das obras em curso na cidade, designadamente sobre o fim do prazo de conclusão de três delas. De imediato, o Presidente da Câmara, Jorge Faria, informou que os jardins do Casal Saldanha estarão concluídos a quinze de maio, a ciclovia no final de maio, o mercado municipal tem inauguração prevista para vinte e quatro de novembro, Dia do Concelho, não havendo ainda data prevista para a conclusão do Cineteatro São João. De seguida, intervém Manuel Faria (PSD), para colocar algumas questões, designadamente sobre anúncio de que os projetos nacionais da ferrovia não passarão pelo Entroncamento", dados estatísticos associados à cidade do Entroncamento que revelarão algum retrocesso relativamente às taxas de desemprego, solicitando um plano estruturante neste sentido. Contrapõe Ricardo Antunes (PS), destacando diversos projetos associados aos transportes que envolvem o concelho, a ligação da zona industrial, defendendo a aposta nesta área para um desenvolvimento sustentado. Intervém António Ferreira (CDU) chamando a atenção para os seguintes aspetos a melhorar: a modernização da estação e da linha ferroviária do Norte entre Vale de Santarém e o Entroncamento, o Centro Hospitalar do Médio Tejo e a luta dos profissionais da saúde em Abrantes, a necessidade de fixar médicos e enfermeiros e de acabar com as taxas moderadoras, a situação da A 13 e A23 como corredores entre estas unidades hospitalares. Toma então a palavra o deputado Carlos Silva (PSD) sobre a proposta apresentada pelo seu partido em reunião de Câmara para que os vendedores do mercado municipal, estando sujeitos a condições menores para o seu trabalho devido às obras, usufruam de isenção total do pagamento de taxas e terrados no mercado municipal, tendo o Presidente da Assembleia Municipal respondido que os vereadores do PSD poderão voltar a apresentar novamente a proposta em nova reunião de Câmara Municipal. ----- Por sua vez, Rosa Teixeira (CDS-PP), intervém para questionar sobre o projeto de ligação entre o norte e o sul da cidade que obrigará os automobilistas a terem que passar no concelho de Vila Nova da Barquinha. -----

Passou-se de seguinte ao período de intervenção do público.-----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Pediu a palavra Mário Rodrigues para se congratular com a sinalização vertical que começa a ganhar forma, destacando os cinco milhões de euros anunciados para obras,

com destaque para o cineteatro S. João, o processo de criação do Ensino Superior, em regime pós-laboral; por outro lado, chamou a atenção para os postos de trabalho na empresa EMEF, o estado da estação ferroviária, o estacionamento na zona sul da cidade, questionando ainda a dinâmica do Museu Nacional Ferroviário, o nó de ligação da zona industrial à A23 e concluiu a sua intervenção chamando a atenção para a problemática da descentralização do poder. -----

Segue-se a intervenção do cidadão Rafael Costa, o qual faz referência aos cortes das árvores e destaca o problema da insegurança, nomeadamente no Bairro Salazar, gerada pelo facto das árvores taparem a iluminação pública, existindo áreas completamente às escuras. -----

-----ORDEM DOS TRABALHOS-----

PONTO NÚMERO UM -----

TOMADA DE POSSE DOS MEMBROS EM FALTA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA, AO ABRIGO DO ARTº 9º DA LEI Nº 33/98, DE 18 DE JULHO, COM A NOVA REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 106/2015, DE 25 DE AGOSTO. -----

Após a leitura da ata avulsa e do respetivo juramento por parte dos membros em falta João Luís Barradas de Oliveira Ramos, em representação do Regimento de Manutenção e Marisa Sofia Cordeiro Parreira, na qualidade de cidadã designada pela Assembleia Municipal, que integram o Conselho Municipal de Segurança, o senhor Presidente da Assembleia declarou-os investidos nas funções. -----

Continuando ainda a faltar ao ato de tomada de posse, foi proposto que, o elemento em falta Associação Económica "A.C.I.S." venha a ser empossado perante o Conselho Municipal de Segurança, evitando que este ponto da O.T. volte a ser agendado, ou seja, delegando assim a Assembleia Municipal essa sua competência no próprio órgão. -----

PONTO NÚMERO DOIS -----

APROVAÇÃO DE PARECER SOBRE A PROPOSTA FINAL DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL (PDM) DO ENTRONCAMENTO, DE ACORDO COM O ARTIGO 85.º DO DECRETO-LEI N.º80/2015, DE 14 DE MAIO. -----

Passando-se então ao segundo ponto da ordem de trabalhos, foi lido pelo deputado António Miguel (PS), representante da Assembleia Municipal na Comissão Consultiva que acompanha o processo de revisão do Plano Diretor Municipal, o parecer desta comissão, disponível em site do município. Sendo o mesmo parecer favorável, destaca a valorização do efeito lucrativo da A23, bem como uma estruturação viária mais fluída entre as duas freguesias da cidade. -----

Tomou depois a palavra António Mascarenhas (PSD) para se referir às dificuldades no acesso aos documentos do processo e que, tendo este parecer sido entregue há dois dias, não se sentir a sua bancada totalmente esclarecida, tendo solicitado alguns esclarecimentos sobre o parecer, designadamente sobre a análise ambiental e a delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) e a Reserva Agrícola Nacional (RAN) que não constam do parecer. -----

Intervém António Ferreira (CDU) dizendo que a proposta de revisão do PDM representa, em algumas áreas, um retrocesso, nomeadamente no que se refere às áreas verdes que considera esquecidas, chamando também a atenção para o tempo escasso para análise da documentação, pelo que, conclui, afirmando não se sentir em condições

de votar favoravelmente o parecer. Também Rosa Teixeira (CDS-PP) intervém dizendo que não é feita referência, no documento, a um parque verde urbano, voltando a colocar a questão do viaduto e da ligação ao mercado, sugerindo a realização de uma Assembleia Extraordinária para o melhor esclarecimento e debate sobre o tema. Por seu lado, Pedro Santos (BE) considera que se trata de documentos complexos e de difícil análise, com alguns pontos a merecer desenvolvimento de forma a que o PDM contribua, efetivamente, para o desenvolvimento económico do concelho. António Miguel (PS) intervém, então, procurando esclarecer algumas das questões colocadas. Toma, então, a palavra António Mascarenhas (PSD) propondo uma sessão extraordinária de apresentação das alterações ao PDM aos deputados municipais e que a votação por parte da CCDR ocorra a quinze de junho, data da aprovação da CCDR, proposta a que é também favorável António Ferreira (CDU), dizendo ter necessidade de votar em consciência. Toma a palavra Mário Balsa (PS) rejeitando os pedidos de novas sessões, dizendo que as mesmas vão atrasar ainda mais um processo que se arrasta desde 2001. Por sua vez, o Presidente da Câmara, Jorge Faria, intervém para fazer um ponto de situação do processo, explicando que o parecer pode ser emitido ou não emitido e que a proposta final terá que ser levada, em momento oportuno, a consulta pública antes de uma aprovação final. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS -----

O ponto número dois "Aprovação de parecer sobre a proposta final de revisão do plano diretor municipal (PDM) do Entroncamento, de acordo com o artigo 85.º do decreto-lei n.º 80/2015, de 14 de maio» foi aprovado por maioria, sendo dez votos a favor do Partido Socialista, três votos a favor do Bloco de Esquerda, dois votos a favor dos Presidentes das Juntas de Freguesia, seis votos contra do Partido Social Democrata, um voto contra da Coligação Democrática Unitária e uma abstenção do Centro Democrático Social. -----

Pelo PSD foi apresentada a seguinte declaração de voto: -----

*A bancada do PSD na Assembleia Municipal votou contra o parecer em título porque:
1º O parecer apresentado a votação não respondia ao solicitado pela CCDR no ofício*

S04413-201803-DSOT/DOT

16-03-2018

16.05.05.02.000006.2001

ASSUNTO: **Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) do Entroncamento
- Metodologia e prazos para apreciação da Proposta**

Onde era expresso ,

O parecer deverá ser conclusivo no seu sentido e expressar de forma explícita e inequívoca a posição dessa entidade. Caso seja favorável condicionado ou desfavorável deverá identificar as normas ou planos que não foram respeitados. A apreciação, tendo em conta o legalmente estabelecido, abordará os seguintes aspetos:

- Cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis
- Conformidade ou compatibilidade da proposta de plano com os programas territoriais existentes
- Análise sobre o Relatório Ambiental
- Parecer à proposta de delimitação da Reserva Ecológica Nacional
- Parecer à proposta de delimitação da Reserva Agrícola Nacional

2º O parecer, nada referindo sobre os pontos solicitados, tece considerações sobre o PDM e a sua revisão que não foram apresentados aos membros da Assembleia
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO

6

SESSÃO ORDINÁRIA DE 26-04-2018

(lembro, tomou posse em outubro de 2017), senão por disponibilização da documentação cujos elementos revistos estão datados de 15 de fevereiro de 2018 ,exceto o Mapa de ruído que tem data de outubro de 2017 (e portanto não existiam como tal á data de início do atual mandato) e foram disponibilizados (por indicação do endereço informático) em 19 de março de 2018. Tratou-se assim de um tempo demasiado curto para se comparar o PDM existente com as alterações da revisão efetuada. Foi dito que o PDM em revisão terá estado para consulta pública pelo que os membros da Assembleia, sendo cidadãos já teriam tido oportunidade de os consultar. Trata-se de um argumento menor pois, a responsabilidade do cidadão investido de funções de representação e membro de um órgão autárquico aumentam, com consequente aumento das obrigações e cuidado nos seus atos. ----- De notar ainda que o parecer foi enviado aos membros da Assembleia a 24 de abril para ser votado em 26 de abril o que é um período demasiado curto para se poder analisar o seu conteúdo e comparar com os mapas e documentos escritos de revisão. O PSD manifestou, em consonância com outros partidos, a necessidade da realização de uma sessão para apresentação das alterações da revisão e consequente discussão para que o parecer merecesse o maior consenso possível sem o que, pelas razões atrás referidas, não poderia dar o seu voto favorável como aconteceu. -----

PONTO NÚMERO TRÊS -----

APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS NO ENTRONCAMENTO, AO ABRIGO DO Nº 10º, DO ARTº 4º, DO DESPACHO Nº 4434/2018, DE 9 DE JANEIRO, ALTERADO PELO DESPACHO Nº 1222-B/2018, DE 2 DE FEVEREIRO. -----

O Presidente da Assembleia fez uma breve alusão ao documento em apreciação, explicando que o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Entroncamento, embora ainda válido por mais dois anos, uma legislação recente, o Despacho n.º 1222-B/2018, de 2 de fevereiro, passou a exigir que o mesmo seja aprovado em Assembleia Municipal. Não havendo pedidos de intervenção, passou-se à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS-----

O ponto número três "Aprovação do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios no Entroncamento, ao abrigo do nº 10º, do artº 4º, do despacho nº 443a/2018, de 9 de janeiro, alterado pelo despacho nº 1222-1)/2018, de 2 de fevereiro», foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO QUATRO-----

APROVAÇÃO DO RECONHECIMENTO DE FUNÇÕES CORRESPONDENTES A NECESSIDADES PERMANENTES NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DOS VÍNCULOS PRECÁRIOS, AO ABRIGO DO Nº 2, DO ARTº 6º, DA LEI Nº 112/2017, DE 29 DE DEZEMBRO. -----

O Presidente da Assembleia Municipal tomou a palavra para sublinhar o essencial da proposta do município, previamente entregue, no âmbito da regularização extraordinária dos vínculos precários, relativamente a funções correspondentes a necessidades permanentes em que o vínculo é inadequado, de acordo com o disposto

no artigo 2.º e artigo 3.º, n.º 1, alínea a) e b) da Lei 112/2017, de 29 de dezembro, abrangendo as seguintes situações: um posto de trabalho na carreira/categoria de Técnico Superior, para exercer funções no Gabinete de Inserção Profissional; cinco postos de trabalho na carreira/categoria de Assistente Operacional, para exercer funções de apoio nas escolas. -----

Tomou Fátima Roldão (BE) para se congratular com a regularização dos vínculos precários, comunicando que a sua bancada votará favoravelmente a proposta. Por sua vez, António Ferreira (CDU) critica os casos de trabalhadores precários que não são abrangidos, referindo, como exemplo, os contratos CEI e CEI+ (do IEF), os quais também merecem estabilidade; questiona ainda sobre as verbas envolvidas na alteração de pessoal. A esta questão respondeu o Presidente da Câmara, Jorge Faria, dizendo que, à exceção do posto de técnico superior agora criado, os restantes casos já estavam contemplados. Por sua vez, Ricardo Antunes (PS) explica que o executivo foi muito criterioso na avaliação do processo pelo que a sua bancada também votará a favor da proposta.-----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO-----

O ponto número quatro "Aprovação do reconhecimento de funções correspondentes a necessidades permanentes no âmbito do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários, ao abrigo do nº 2, do artº 6º, da lei nº 112/2017, de 29 de dezembro», foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO CINCO-----

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS 2017, AO ABRIGO DA AV L), DO Nº 2, DO ARTº. 25º, DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. -----

Começou por pedir a palavra António Ferreira (CDU) para dar os parabéns aos técnicos do município que elaboraram o documento salientando, no entanto, que a obsessão pela dívida fez esquecer o investimento em coisas fundamentais para a população, acrescentando que não se deverá colocar em causa os serviços públicos; faz ainda referência a alguns investimentos e ações positivos, nomeadamente a colocação de floreiras, concluindo que, embora o aumento da despesa em 17,7% não seja grave, o crescimento do produto interno bruto em 2,4% não se reflete em termos locais. Segue-se a intervenção de Manuel Faria (PSD) para quem, mais coisas não significam mais transparência, condenando o que considera ser o executivo mais oneroso da cidade e criticando a redução das receitas do IMI, a instabilidade na indústria e no comércio, a degradação da zona industrial e desvalorização do imobiliário, pelo que a sua bancada votará contra a proposta. Intervém Pedro Santos (BE) para felicitar também os técnicos municipais pela qualidade do documento, reconhecer como positiva a redução da dívida, embora criticando alguns aspetos como o mau estado das piscinas municipais, os problemas no pavilhão municipal, o excesso de gastos com as festas da cidade. Toma a palavra Ricardo Antunes (PS) para destacar a diminuição do prazo médio de pagamento a fornecedores. Por sua vez, Manuel Martins (PS) intervém congratulando-se com a cuidadosa gestão do executivo PS, as elevadas taxas de execução da despesa e receita, contrastante com o anterior executivo do PSD e negando a falta de público

em alguns eventos é desmentida. Por fim, intervém Rosa Teixeira (CDS-PP) para informar que se irá abster uma vez que o documento não traduz as suas opções.-----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO CINCO -----

O ponto número dois «Apreciação e votação da prestação de contas 2017, ao abrigo da al^a 1), do n^o 2, do art^o. 25^o, da lei n^o 75/2013, de 12 de setembro» foi aprovado por maioria, sendo dez votos a favor do Partido Socialista, dois votos a favor dos Presidentes das Juntas de Freguesia, seis votos contra do Partido Social Democrata, e a abstenção do Bloco de Esquerda, Coligação Democrática Unitária e Centro Democrático Social. -----

Pelo PSD foi apresentada a seguinte declaração do voto: -----

Em primeiro lugar, um forte reconhecimento pelo trabalho técnico desenvolvido pelos colaboradores da CME. Regista-se o resultado positivo do exercício entre recebimentos e pagamentos e o devido pagamento dos investimentos públicos que hoje sustentam a vida na nossa cidade. Mais folhas não significam mais transparência. Em 2013 ocupávamos o 21.º lugar no ranking de transparência ITM. Hoje ocupamos o lugar 50.º. Votamos contra porque:-----

- *Este é um relatório que reflete, bem e apenas, a gestão corrente linear e procedimentada da gestão autárquica;-----*
- *Reflete o Executivo mais oneroso da história da cidade e o aumento dos custos com pessoal;-----*
- *Reflete perdas de receitas derivadas pelo desinvestimento e pela pouca atratividade em que o Executivo tornou a cidade, por perfil próprio junto de investidores e entidades e por incapacidade;-----*
- *Reflete perdas de ganhos de receita por não acompanhar o desenvolvimento da economia nacional e de outros concelhos vizinhos ou congéneres;-----*
- *Reflete a ausência de uma estratégia de desenvolvimento para a cidade a todos os níveis; -----*
- *Reflete a ausência de ações estruturantes de desenvolvimento para essa estratégia; (talvez as duas numa só, reunindo estratégia e ações estruturantes)*
- *Reflete um conjunto de opções pessoais do Executivo que não trouxeram valor acrescentado para o município e para os munícipes; não criaram qualquer tipo de valor; não se traduziram em crescimento do município a nenhum nível, tangível ou intangível; há iniciativas que não tiveram qualquer impacto;-----*
- *Muitas das opções pessoais do Executivo, demonstraram incapacidade e incompetência de “saber fazer”, de “fazer diferente” e de “criar real valor”; (parece-me excessivo – se não for indispensável pode ser retirado).-----*
- *Traduz a ausência total ou na baixa qualidade das iniciativas de desenvolvimento da indústria, do comércio, dos serviços, da cultura, da educação e saúde, de apoio social e outras;(parece que se repete na seguinte talvez seja de retirar). -----*
- *Traduz a incapacidade do município em captar investimentos e investidores estruturantes para o Entroncamento: indústria, ferrovia, serviços, comércio local, construção, -----*
- *Traduz a incapacidade do Executivo em resolver muitos problemas graves da cidade como a insegurança (valerá a pena referir como evoluiu a insegurança ?), a falta de condições da esquadra de polícia ou da estação de caminhos de ferro;-----*

- Traduz a total ausência de investimento na recuperação do património ferroviário;-----
- Traduz a continuidade das ruas sujas e a perigosidade das estradas quando chove;-----
- Traduz o estado de degradação muito significativa do pavimento das nossas ruas; -----
- Traduz a falta de manutenção dos equipamentos de ensino e desportivos;-----
- Reflete à má condução dos investimentos e acompanhamento das obras em curso, com custos muito significativos para a cidade, os agentes económicos, os turistas e os munícipes;-----
- Reflete o apoio aquém e subjetivo Do Executivo às Associações e iniciativas;--
- Reflete muitas opções pessoais do Executivo impostas à população, não desejadas e de fraco interesse para a cidade e os munícipes;-----

Uma cidade não para as pessoas, mas sem pessoas, sem negócios, sem investimentos e investidores, sem indústria, sem comércio, sem acessibilidades adequadas, sem manutenção e limpeza, sem segurança, sem cultura, mais do que números, são o melhor exemplo dos resultados reais deste relatório.-----

PONTO NÚMERO SEIS -----
APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP'S) PARA 2018, AO ABRIGO DA AV A), DO Nº 1, DO ARTº. 25º DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. -----

Pediu a palavra Pedro Santos (BE) para informar que, embora questionando a sobrevalorização da faturação da Aguas do Tejo em 100.000 euros, a sua bancada votará favoravelmente o documento. -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número seis à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SEIS-----

O ponto número seis «Apreciação e votação da primeira revisão ao orçamento e grandes opções do plano (gop's) para 2018, ao abrigo da alª a), do nº 1, do artº. 25º da lei nº 75/2013, de 12 de setembro» foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia.

-PONTO NÚMERO SETE-----

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE SUPERFÍCIE, AO ABRIGO DA Aluª G), DO Nº 1, DO ARTº. 25º DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. -----

Este ponto foi retirado. -----

PONTO NÚMERO OITO -----

APROVAÇÃO DA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS AUDITORIA EXTERNA, AO ABRIGO DO Nº 1, DO ARTº 77º, DA LEI Nº 73/2013., DE 3 DE SETEMBRO.--

Tendo sido dada a conhecer a minuta do contrato de prestação de serviços de auditoria externa à empresa MRG — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, interveio Rosa Teixeira (CDS-PP) questionando porque apenas se convidou uma entidade, para prestação de serviços de auditoria externa. Por sua vez, Manuel Faria (PSD) considera tratar-se de uma opção do executivo e Reinaldo de Jesus (BE) informa

que a sua bancada votará contra. Em resposta, Mário Balsa (PS) esclarece tratar-se de um ajuste direto. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO OITO-----

O ponto número oito «Aprovação da aquisição de serviços auditoria externa, ao abrigo do nº 1, do artº 77º, da lei nº 73/2013, de 3 de setembro» foi aprovado por maioria, sendo dez votos a favor do Partido Socialista, dois votos a favor dos Presidentes das Juntas de Freguesia, seis votos contra do Partido Social Democrata, três votos contra do Bloco de Esquerda, um voto contra da Coligação Democrática Unitária e um voto contra do Centro Democrático Social. -----

PONTO NÚMERO NOVE-----

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA - ARU 2, AO ABRIGO DO Nº 6, DO ARTº. 13º, DO DECRETO-LEI Nº 307/2009, DE 23 DE OUTUBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. -----

Começa por intervir Pedro Santos (BE) afirmando que câmara podia ter ido mais longe nos incentivos associados ao IMI e ao IVA, sugerindo que este imposto se fixasse nos 6%, proposta que considera abranger também os dois pontos seguintes, relativos às ARU 4 e 5. Segue-se a intervenção de António Ferreira (CDU), valorizando o facto de a Câmara assumir o ajuste direto. Seguidamente, é dada a palavra ao Presidente da Câmara, Jorge Faria, o qual esclarece que o município não pode tomar decisões sobre o IVA ou o IRS e que os 6% referidos por Pedro Santos (BE), associados ao concelho de Vila Nova da Barquinha, não estarão coretos, chamando a atenção para os incentivos e benefícios para os cidadãos envolvidos no âmbito das ARU. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO NOVE -----

O ponto número seis «Apreciação e votação da proposta de alteração à delimitação da área de reabilitação urbana — ARU 2, ao abrigo do nº 6, do artº. 13º, do decreto-lei nº 307/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação» foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO DEZ-----

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA - ARU 4 - ÁREA CENTRAL, S. JOÃO BATISTA, AO ABRIGO DOS NºS. 1 E 2, DO ARTº 13º, DO DECRETO-LEI Nº. 307/2009, DE 23 DE OUTUBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dez à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DEZ -----

O ponto número seis «Apreciação e votação da proposta de delimitação da área de reabilitação urbana — ARU 4 — área central, S. João Batista, ao abrigo dos nºs. 1 e 2, do artº 13º, do decreto-lei nº. 307/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação» foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO ONZE -----
APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA
DE REABILITAÇÃO URBANA - ARU 5 - ÁREA CENTRAL, NOSSA
SENHORA DE FÁTIMA, AO ABRIGO DOS N.ºS. 1 E 2, DO ART.º 13.º, DO
DECRETO-LEI N.º. 307/2009, DE 23 DE OUTUBRO, NA SUA ATUAL
REDAÇÃO. -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dez à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO ONZE-----

O ponto número seis «Apreciação e votação da proposta de delimitação da área de reabilitação urbana — aru 5 — área central, nossa senhora de Fátima, ao abrigo dos n.ºs. 1 e 2, do art.º 13.º, do decreto-lei n.º. 307/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação» foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO DOZE -----
APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA
ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO -----

Pediu a palavra Carlos Silva (PSD), criticando a forma como esta informação é apresentada, designadamente o excesso de "minudências", referindo-se a alguns dados importantes que não estão referidos no documento, dando como exemplo o pagamento pelo município de uma visita de estudo por alunos do Agrupamento de Escolas da cidade à Assembleia da República. Por sua vez, Fátima Roldão (BE) considera a informação apresentada uma manta de retalhos, incidindo a sua crítica na área da cultura, onde os dados são escassos, destacando a falta de informação em relação à biblioteca, nomeadamente sobre os livros emprestados, os ateliers desenvolvidos com o público infantojuvenil e eventos noutros equipamentos culturais do município. É dada então a palavra a António Ferreira (CDU), o qual pede esclarecimentos sobre as obras na Rua José Afonso, Av. das Forças Armadas e Escola Dr. Ruy d'Andrade, considerando avultado o valor associado a esta empreitada assim como ao Pavilhão Desportivo. Ainda neste ponto, intervém Rui Maurício, Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista, convidando a participar na "matiné dançante" a realizar no Domingo seguinte, à tarde. -----

Toma então a palavra o senhor Presidente da Câmara, Jorge Faria, que, em resposta às diversas questões colocadas, começa por referir que são positivas algumas das sugestões, e concorda que a cultura devia ter dados mais completos. Respondendo a António Ferreira (CDU), fez um balanço em relação a uma ou duas empreitadas em curso. Ainda em resposta à crítica feita por Manuel Faria (PSD), negou a falta de desenvolvimento económico, apresentando alguns exemplos que contrariavam aquela afirmação, como a recente instalação de duas novas empresas na cidade. Termina a sua intervenção, apelando para a consignação de 0,5% do IRS a uma das associações do concelho. -----

Finalmente, o Presidente da Assembleia Municipal, Luís Filipe Antunes, esclarecendo uma questão colocada pelo cidadão Mário Rodrigues sobre a situação do Tejo, explicou que foi decidido a elaboração de uma moção consensual que reflita as grandes

preocupações comuns a todos os habitantes da região a debater em próxima sessão da Assembleia Municipal. Solicitou ainda que fossem enviadas, com a brevidade possível, para os serviços da Assembleia Municipal, as declarações para a ata da responsabilidade das diversas bancadas. E terminou a sua intervenção agradecendo a presença do público e da comunicação social. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia, deu por encerrada a sessão quando eram vinte e três horas e vinte e cinco minutos. -----

A presente ata, depois de lida e visada pela Primeira Secretária, vai por ela ser assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia:

A 1ª. Secretária:

A 2ª Secretária: